

AS FEIRAS LIVRES E AS REFORMAS URBANÍSTICAS: ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS DE (RE)QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS CIDADINOS DE MEMÓRIA COLETIVA¹

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo²

Tanto no Brasil como em Portugal, as feiras, são as instituições mais curiosas do período medieval³. Local de concentração econômica, no que concerne a distribuição de mercadorias vendáveis a partir de produções muitas vezes realizadas domesticamente. É o que diz Ferreira Borges, vejamos: “Feira-mercado grande, público, em que se vende toda a casta de mercadorias em tempo certo, uma ou mais vezes por ano (...) as feiras são um meio de instigar a abertura de estradas e comunicações, de introduzir a civilização e de igualar a necessidade de riqueza dos povos”. Apesar das feiras terem importância a partir do reconhecimento econômico e comercial, também sabemos que se constituem em um lócus de relações sociais e culturais que dão suporte a convivência daqueles que transitam por esses espaços.

Na Europa, e na América as feiras surgiram dando lugar as primeiras aglomerações, as cidades propriamente ditas, inicialmente tidas como povoados e vilas, e posteriormente cidades. É o que diz Weber (1979) *apud* Vedana⁴ (2004, p.11), o aparecimento das “[...]cidades está relacionado estreitamente com as feiras, que representavam o embrião de uma nova aglomeração humana a partir da actividade comercial”.

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande que ultrapassar seu papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num

1. Parte integrante da tese de Doutorado intitulada: Continuidade e mudança no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1985-2007), (em elaboração), orientada pelos professores doutores: Margarida Durães e Jean Rabot (Universidade do Minho-Portugal), e Lígia Belinni (UFBA-Universidade Federal da Bahia)

2. A autora é doutoranda em História pela Universidade do Minho, em Portugal, em regime de co-tutela com a UFBA (Universidade Federal da Bahia)

3. Ver Ferreira Borges, *apud*: ALVES, Jorge. Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. In: Actas do 3 Encontro de História. Vetores de desenvolvimento econômico as feiras da Idade Média à Época Contemporânea. Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005

4. Ver VEDANA Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS.

entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade.

Notadamente em relação às feiras em estudo⁵, comungamos com a ideia de que na actualidade, mesmo buscando a manutenção, conservação de algumas tradições, é quase impossível que elas se mantenham vivas, no decurso do tempo, sem alterações. Porém o curioso é que neste mesmo período, com o capitalismo periférico se instalando numa velocidade acentuada, e os supermercados luxuosos, e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mas mantendo a idéia de espaço local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, consumo, paquera, prazer, sociável, como entretenimento, diversão, diálogos, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades. Lugar onde se evidenciam os encontros, as tradições, as conversas, as compras, vendas e permutas, enfim das múltiplas territorialidades, sejam econômicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem, se transformam, no dia-a-dia, nas reproduções sociais, políticas e capitalistas da vida cotidiana.

Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas transformações ocorridas nela, desde a localização geográfica aos produtos comercializados, além das formas de fazer a feira: actos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, fomentados pelos atores sociais que freqüentam e transitam pelos labirintos das feiras. Tais dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

Contudo percebemos que diante do fenômeno da globalização, fenômeno que data desde o período da antiguidade⁶ com as primeiras viagens marítimas e a relação estabelecida entre os lugares, diante da expansão do Império Romano. No entanto, tal fenômeno passa a “repercutir” no momento atual, diante das novas tecnologias e da abertura de mercado que se deu no mundo pós guerra fria, e diante do processo de redemocratização das Nações.

5. Referência nesse artigo para as feiras do nordeste do Brasil, feira central de Campina Grande-PB, Feira de Caruaru-PE e Feira de São Joaquim, em Salvador.

6. Ver BRUM, Argemiro. Globalização e Regionalização. In: O desenvolvimento Econômico Brasileiro. 18ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

Diante da globalização percebe-se que no Brasil, o século XX foi marcado pela urbanização da sociedade e, ao longo destes cem anos, inúmeras foram as transformações que ocorreram na produção, na distribuição, na troca, no consumo e nas relações sociais. A dinâmica social e espacial deste período é caracterizada pelo novo formato de vida urbana, e nesse mundo urbano de transformações o comércio tem tido papel de destaque, pois a sociedade capitalista, tem reproduzido seus objetivos a todo instante. Novas formas de consumo foram implantadas sobretudo nesses novos lugares de comércio a exemplo dos Supermercados, os Shopping Centers, os Hipermercados, as Franquias e as Lojas de Conveniência. Os supermercados se constituem em superfícies comerciais⁷ que concentram territorialmente e financeiramente o capital, possibilitando às pessoas encontrarem num mesmo local, um grande conjunto de mercadorias disponíveis para seu abastecimento, não sendo necessário ir a vários pontos da cidade para a compra de produtos.

E o que essas novas formas de comércio a varejo tem haver com as feiras? Os feirantes e fregueses entrevistados fazem a comparação e acabam por responder: a freguesa Sra. Maria de Lourdes⁸ “Preços, compará-los e mais variedade, nas lojas antigamente tinha mais coisas, são coisas específicas, na feira não tem de tudo um pouco é quase um shopping, costume dizer que é o shopping dos pobres.” Além disso boa parte dos fregueses e feirantes se reportam a diminuição do movimento da feira tendo em vista a chegada das grandes superfícies, vejamos o que diz o feirante Sr. Manoel Pereira⁹, quando indagado sobre as diferenças na feira de hoje e de vinte anos atrás, responde: “Os shoppings-centeres e hipermercados vieram tirar as feiras, as pessoas se afastaram e a tendência é se acabar, está difícil. Antes ganhava-se dinheiro hoje gasta-se. Na mesma direção encontramos os depoimentos da também feirante Sra. Maria José¹⁰ “Diferença está baixo o negócio, falta de dinheiro e muitos supermercado,

7. PINTAUDI, S.M. Os supermercados na grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópolis. Dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP.1981: 37-54

8. Entrevista concedida à autora pela freguesa Maria de Lourdes, frequentadora da feira há mais de 30 anos, em 15 de junho de 2009, na feira diária de São Joaquim, Salvador-BA

9. Entrevista concedida à autora, pelo feirante Sr. Manoel Pereira comerciante do ramo de peixes há mais de 30 anos, em 16 de janeiro de 2009, na feira diária de Campina Grande-PB

10. Entrevista concedida à autora, pela feirante Sra. Maria José, comerciante há mais de 10 anos, em 20 de novembro de 2009, na feira diária de Caruaru-PE

baixa o nosso negócio”. E da freguesa Maria da Conceição¹¹, “Diferenças, hoje há mais supermercados, (cita dois supermercados) as pessoas vem a feira, mas os supermercados tiraram muito as pessoas das feiras, porque antes as pessoas vinham mais.”

Nesse sentido percebemos que diante dessa concorrência das novas formas de locais de consumo varejista, as feiras passam também a sofrer transformações, alterações na dinâmica de suas estruturas como resultado do processo de modernização. Pois sabemos que, na contemporaneidade as necessidades de consumo são impostas pelo mercado, logo os lugares e os produtos sofrem modificações significativas. Diante desse facto, contatamos a construção de estratégias que visam maior inserção dos produtos no mercado, assim como, a construção de uma imagem sofisticada que legitime cada vez mais seu consumo. Desse modo, modernizar é a inovação segundo instrumentos produtivos, assim como, pela incorporação de códigos que redefinem sua imagem no universo desse mercado produtivo e consumista, passam a fazer parte da dinâmica das feiras. Assim, em um cenário de um mundo globalizado, o local e o global se interagem, tendo o universo às feiras como instituições medievais que ainda se sustentam na actualidade.

Assim, acreditamos que tais dinâmicas de modernização verificadas nas feiras sobretudo no aspecto de suas estruturas físicas são ao nosso ver estratégias de continuidade dessas instituições medievais que concorrem com as novas formas de equipamentos de consumo. Objectivamos com o presente artigo demonstrar as intervenções dos poderes públicos no quotidiano das feiras, como estratégias do Estado na manutenção dessas instituições na contemporaneidade, destacaremos contudo as reformas urbanísticas nas feiras, bem como intervenção do poder público no registro de património imaterial nacional, facto que faz com que sob a tutela da sociedade civil as feiras se tornam património, para que sejam mantidas suas características identitárias de manifestações culturais. Sabemos pois, que tal procedimento por parte das iniciativas do poder público, também fazem parte de uma lógica de mercado da indústria cultural, diante das vitrinas turísticas, que acabam por gerar visibilidade dessas feiras como lugares com elevado potencial turístico, de geração de emprego e renda

11. Entrevista concedida à autora pela freguesa há mais de trinta anos Maria da Conceição, em 16 de janeiro de 2009, na feira diária de Campina Grande-PB

economicamente viável, além de lugares de socialização, de diversão, de passa tempo.

As três feiras mencionadas para esse estudo no nordeste do Brasil encontram-se actualmente passando por um projecto de requalificação, de modernização, e os proponentes desses projectos partem do Poder Publico municipal, as prefeituras, em conjunto com outros órgãos governamentais a nível estadual e federal, na maior parte dos casos sob a chancela da sociedade civil. Como “pontapé” inicial nas três feiras para a realização dos estudos que irão demarcar os aspectos de mudança em cada projecto, verificamos que se trata da contratação do órgão SEBRAE¹² para que o mesmo, por meio de sua equipa técnica de consultoria diagnostique a realidade de cada local, e perceba então além das características físicas, culturais e sociais, quais os pontos fortes que devem ser investidos e os pontos fracos, que devem ser reformulados, readaptados a dinâmica moderna do mercado, a partir sobretudo da demanda dos clientes. É o que confirma o consultor do SEBRAE¹³

“A metodologia do programa de modernização de feiras livres e mercados, adotado pelo SEBRAE, tem seu início no levantamento do pré-diagnóstico, conhecendo a feira, levantamos os pontos fracos e fortes, de cada feira, analisamos o modelo de gestão implantado, a legalização existente (leis, regimentos, estatutos), solicitamos a atualização do cadastro, verificamos o tipo de feira se é feira fixa, móvel ou mista, e também realizamos pesquisa junto com os fregueses, facto inclusive que mais chama a atenção dos feirantes na hora que vamos fazer a sensibilização.”

Depois desse primeiro passo do diagnóstico, o SEBRAE contribui na resolução, ou minimização das problemáticas evidenciadas, dando suporte jurídico por exemplo na elaboração da legislação das feiras, leis, regimentos, estatutos, além disso também realiza um programa de treinamento com oficinas para os feirantes.

12. SEBRAE- Serviço brasileiro de apoio a micro-empresa

13. Entrevista realizada pela autora em 20 de junho de 2009 com o Sr. José Alberto Costa Muricy consultor do SEBRAE

No caso da feira de São Joaquim, foi realizada na década de 1970 um treinamento com os feirantes, proposto pela Prefeitura Municipal e realizado pelo SEBRAE e atualmente diante da proposta de intervenção com o projeto de requalificação foi formado comitês de discussão para análise do projeto. O objetivo maior diz respeito as estratégias de permanência, para que a feira baiana continue existindo mesmo diante da concorrência dos equipamentos comerciais como os supermercados, que inclusive se apresentam no entorno dela. Assim, sob a iniciativa do poder público municipal com a chancela dos órgãos estaduais e federais, a exemplo dos Ministérios de Cultura, Turismo e Planejamento, no que diz respeito ao projecto de Requalificação ora elaborado por esses órgãos com o apoio da sociedade civil.

O referido projeto visa a requalificação do lugar da realização da feira fixa e diária com elementos de adaptação e de permanência. Para tanto o Governo do Estado por intermédio do IPAC- Instituto do Patrimônio Artístico Cultural realizou em 2008 e 2009 reuniões periódicas denominadas de Marcos Teóricos, dividindo as discussões em quatro grupos de temáticas diferenciadas: Grupo Gestão, que teve como objectivo discutir as directrizes administrativas com o modelo de gestão compartilhada através da formação de comité gestor, os grupos de infra-estrutura e meio ambiente que se fundiram e tiveram como objectivo elaborar o projecto arquitetônico, e o grupo sociocultural que tratou dos elementos correspondentes à manutenção dos valores culturais, valorizando o espaço a partir dos saberes, ofícios, modos de fazer e expressões tradicionais que se encontram na feira, buscando portanto mesmo diante da execução da requalificação as condições de permanência.

Esses saberes estão relacionados à medicina popular e ao conhecimento dos usos de ervas e plantas; ofícios relativos à confecção de utensílios e objectos de flandre, de couro, de barro, de pano tecido à mão, de palha, de vime; modos artesanais de fazer farinha, gomas, doces, acarajé, caruru, abará, bolos e outras comidas da culinária baiana; produtos como o fumo de rolo; criações e expressões artísticas populares como o artesanato figurativo de barro, o cordel, as rodas de capoeira, a poesia, a música e um espaço importante para continuarem existindo e se reproduzindo.

Esse projecto de revitalização da feira se São Joaquim, é resultado das ações de pensar, planejar e gerir as cidades de responsabilidade dos poderes públicos seja na esfera municipal, estadual, ou federal, que desprovido de neutralidade, visa na

verdade implementar as questões de “interesse comum”¹⁴ da sociedade como um todo, seja na figura dos agentes políticos, dos operadores de turismo, dos clientes que transitam pela feira, dos fornecedores, intermediários e dos feirantes. Essa teia de interesses em projectos de reformas urbanísticas também foi escrito por SOUZA¹⁵:

“É óbvio que propostas específicas e experiências concretas de planejamento e gestão urbanas jamais são “neutras”. A sociedade não é uma massa homogênea e indiferenciada (...) intervenções de planejamento e mecanismos de gestão, sejam protagonizados pelo Estado ou por agentes da sociedade civil, precisa ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de ou conflitos de interesses e de ganhadores e perdedores (...) Como poderia o planejamento e a gestão serem “neutros”, em se tratando de uma sociedade marcada por desigualdade estruturais?”

Essa questão de interesses múltiplos nas reformas urbanísticas ganhou representatividade no caso particular de Salvador, diante da crescente visibilidade que passou a ter com o turismo, como pólo turístico nacional, Salvador com teve crescimento com o turismo de 850 mil turistas em 1980 para 1 milhão e 300 mil em 1986, dos quais 110 mil eram estrangeiros. Como afirma RISÉRIO (2004)¹⁶ “E a cidade da Bahia saiu na frente, como estação turística (...) Os brasileiros queriam viajar para onde tivesse praias e cidades históricas (...) “comida típica”, “folclore”, “festas tradicionais”

A feira de São Joaquim, localizada no bairro da Calçada em Salvador, atualmente ocupa uma área de 37.147m² Quanto ao descrição do projeto de

14. LIMA, Leonardo Branco. O político e o simbólico: em busca dos significados da paisagem em São Joaquim. In: Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção cotidiana. Monografia de graduação em Geografia, apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006: 49.

15. SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor.

16. RISÉRIO, Antonio. A economia do lazer. In: Uma História da cidade da Bahia. 2. Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004: 581

requalificação, vimos¹⁷ as seguintes características: área coberta com área de acessibilidade destinada à carga e descarga de mercadorias, embarque e desembarque de veículos para ferry boat, estação de terminal de ônibus urbano, estacionamento para táxis, e ônibus de turismo, passeio conexão baía de todos os santos, áreas verdes e equipamentos turísticos; Fluxos internos para carga via terrestre e marítima; pontos de atração de convívio: praça da baiana, praça dos encontros; bateria de sanitários masculinos e femininos; setores para os produtos diversos: artesanato, carnes, carrinhos de mão, cereais, condimentos, bombonieres, frutas, verduras, ervas, hortaliças, produtos baianos, pescados e mariscos, flores, bares e restaurantes, ilhas de higienização, bancas fixas e móveis,

Em relação à feira de Caruaru- PE que também passa atualmente por um processo mais uma vez de mudança de local¹⁸, devido aos interesses mútuos como no caso exposto anteriormente de São Joaquim, já que ainda consiste num espaço de grande oportunidade de trabalho, geração de renda e de inclusão no mercado consumidor para um grande contingente populacional, o que lhe conferiu uma capacidade de elevada atração e ocasionou o seu crescimento desmedido mesmo no Parque 18 de maio, após sua transferência, área que conta com mais de 3 km e agrega mais de 2500 barracas e bancos oferecendo os mais variados produtos. A problemática se dar devido aos números de lugares que são acrescidos ao local com a feira da sulanca, desse gênero são mais de oito mil lugares¹⁹.

O Projeto inicial para a feira de Caruaru, consiste na deslocagem da feira da sulanca para um terreno particular que foi locado, de aproximadamente 84.158,64 m², que suportará cerca de 8.526 bancos de 1,50x1,10. Posteriormente existe um projeto

17..Memorial descritivo, projeto de requalificação da feira de São Joaquim, especialidade: arquitetura e urbanismo, 27 de abril de 2009

18. Desde a sua origem há mais de dois séculos, a feira de Caruaru, se localizava na área central da cidade, devido ao seu crescente comércio, com o tempo cresceram também as pressões para que fosse transferida, já que no centro ficava intransitável nos dias em que ocorria. Atendendo aos interesses diversos a feira foi então transferida em 17 de maio de 1992 para o Parque 18 de Maio, área construída para abrigar esse comércio popular.

19. Dados fornecidos pelo presidente do sindicato dos feirantes, Sr.José Carlos em entrevista concedida a autora em 08 de dezembro de 2009

maior, que foi sugerido pela comissão de sulanqueiros de Caruaru e em fase de estudo por parte do poder público de mudança de local da feira para uma área planejada em módulos padronizados, seguindo o modelo da feira de Santa Cruz do Capibaribe (cidade vizinha, pólo comercial), em pátio coberto a ser construído localizado em terreno na entrada da cidade. O projeto conta com um terreno de 630.450,00 m², oito módulos de área coberta com capacidade para 18.432 bancos, praça de alimentação com 96 restaurantes, 224 lanchonetes, 432 lojas externas, 32 baterias de banheiros (masculino e feminino), 02 edificações para dormitórios, abrigando os fregueses que visitam a cidade e que não residem em Caruaru²⁰

É bom lembrar que atualmente, a feira de Caruaru faz parte de um conjunto de feiras com graus distintos de permanência no tempo e, conseqüentemente, de enraizamento na cultura local e no imaginário regional e nacional. Ela própria possui sectores ou “feiras” que têm densidades históricas e culturais distintas, bem como níveis de transformação e incorporação de novos produtos igualmente diversos. Mantém inalterados, entretanto, alguns traços essenciais: continua vendendo “de tudo o que há no mundo” e sendo um ponto focal de referência da cultura pernambucana e nordestina no conjunto das formas de expressão, saberes, ofícios, modos de fazer, viver, comer, vender e comprar que abriga.

Todos esses valores foram reconhecidos diante do título de Patrimônio Imaterial que a feira de Caruaru-PE recebeu em pedido encaminhado ao Presidente do Iphan, no dia 24 de fevereiro de 2006, pela Prefeitura Municipal de Caruaru, por intermédio do Sr. Antonio Geraldo Rodrigues da Silva, na ocasião prefeito, tal solicitação foi endossada pelo Superintendente Regional do Iphan, Frederico Faria Neves Almeida, e acompanhado das informações básicas requeridas para a abertura do competente processo administrativo assim como de depoimentos e manifestações de apoio de várias instituições locais. Entre essas se destaca: a Diocese de Caruaru, Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras, o Centro de Cultura Popular Luisa Maciel, a seção brasileira do Conseil International des Organizations de Festivals de

20. Dados do projeto apresentado pela associação dos sulanqueiros disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=969856> e consultado em 13 de junho de 2009.

Folklore e d' Arts Traditionnels e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru. Em 17 de março de 2006 foi aberto o Processo nº 01450.002945/2006-24, referente ao Registro da Feira de Caruaru.²¹. O registro Bens Culturais de Natureza Imaterial, criado por intermédio do Decreto nº 3.551/2000, vemos como uma iniciativa do Poder Público que tem por objetivo salvaguardar o bem cultural imaterial, garantindo a continuidade desse bem, evitando portanto seu desaparecimento.

Em relação a ter o título de Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil, somente a feira de Caruaru, conforme descrito em parágrafo anterior já fora concedido, entretanto as feiras de São Joaquim em Salvador e a feira de Campina Grande-PB, ambas ainda se encontram em fase de avaliação por parte do IPHAN.

E é sobre o projeto de requalificação dessa última que iremos tratar agora. A feira de Campina Grande-PB é tida como um dos marcos que originou a cidade, bom como o seu desenvolvimento no comércio local e também de exportação. A feira central após passar por algumas mudanças de locais, se instalou na década de 1940 do século passado onde se encontra hoje, e teve sua última intervenção arquitetônica à nível de reforma em 1991.

A exemplo das feiras de Caruaru e de São Joaquim, o SEBRAE também tem feito um pré-diagnóstico de como se encontra a precariedade para o funcionamento da feira atualmente. Tem sido realizada reuniões de acordo com o Programa de modernização de feiras e mercados, com oficinas para discutir o projeto da nova feira central. Tais reuniões foram iniciadas no dia 09 de novembro do ano passado, com representações de cada setor de feirantes da feira, bem como com representantes de sindicatos e associações e representantes das secretarias que integram o poder público municipal, além da consultoria do SEBRAE.

Os objetivos desses encontros são para discutir com todos os atores envolvidos questões pertinentes a caracterização da nova feira central, após implantação do projeto, que vai além da estrutura física, da arquitetura, mas conta também com as respectivas questões: segurança; atividades econômicas seguindo as normas estipuladas por leis, decretos e normas técnicas de acomodar cada atividade comercial sem

21. Documento consultado no site do Iphan www.iphan.gov.br em 01 de Agosto de 2009, intitulado PARECER Nº 005/06 – DPI

discriminar a posição ou condição de investimento e comercialização de cada empreendedor; capacitação dos agentes envolvidos (empreendedores, feirantes, voluntários); a criação de um espaço destinado à divulgação com registro documental e fotográfico do histórico da feira, desde seu surgimento à atualidade; Administração, tendo a Prefeitura Municipal como o principal responsável pela gestão da feira; Serviço sanitário, com implantação específica de área destinada a instalação permanente de controle de limpeza; Discussão acerca da representatividade cultural que a feira dispõe para se tornar patrimônio Imaterial do Brasil; Cadastramento, identificação de todos os personagens que transitam pelo cenário da feira fixa diária, com todas as suas atividades (frentistas, caminhoneiros, taxistas, moto-taxistas, transportes alternativos, feirantes de todas as categorias de mercadoria) e por fim, mas não menos importante discutir o projeto arquitetônico, levantando questões que envolvem toda a estrutura física como conforto, segurança, comodidade, qualidade, lazer, evidenciando a condição de espaço econômico, cultural e turístico.

O projeto arquitetônico da feira campinense, já foi elaborado pela prefeitura, com o suporte das secretarias de desenvolvimento, infra-estrutura, obras, planejamento e Educação e Cultura; foi orçado em aproximadamente 35 milhões de reais, dos quais 19 milhões já foi arrecadado junto ao Governo federal, por intermédio de emenda parlamentar junto ao ministério do Turismo; e a informação que tivemos é que a empresa que irá executar a obra também já foi licitada e provavelmente ainda nesse primeiro semestre o prefeito municipal Veneziano Vital, estará assinando a ordem de serviço para iniciarem os serviços²².

As características do projeto físico²³ conta com uma área total de 58.000m², a área descoberta será de 44.050m² e a coberta de 13.950m², com 815 boxes cobertos (localizados na cobertura principal), 800 boxes descobertos (localizados nos passeios/calçadas), e uma área de estacionamento que terá implantação futura com 12.900m². A área coberta terá os artigos distribuídos por setores: alimentação, bebida,

22. Feira Central de Campina será revitalizada com a participação da sociedade civil Escrito por CODECOM, em 09 de novembro de 2009 disponível no site http://portal.pmcg.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2472&Itemid=3, consultado em 22 de dezembro de 2009.

23. Projeto pré- elaborado, mas que ainda não foi discutido com todos os atores envolvidos, e que segundo a Prefeitura Municipal poderá ainda sofrer alterações em função de sugestões outras que possam ser avaliadas pela entidade.

bomboniere; açougue e peixarias; frutas e verduras; raízes e cereais; laticínios; armarinho, ferragens, mangaios, cordel, produtos de limpeza; administração, polícia militar e brigada; correios, porto médico, caixas eletrônicos e a área descoberta com os setores de vestuário, calçados e bijouterias; feira livre (eletrônicos, presentes e outros), feira livre (aves e outros animais vivos).

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge. Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. In: Actas do 3 Encontro de História. Vetores de desenvolvimento econômico as feiras da Idade Média à Época Contemporânea. Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005

VEDANA Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS.

BRUM, Argemiro. Globalização e Regionalização. In: O desenvolvimento Econômico Brasileiro. 18ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

PINTAUDI, S.M. Os supermercados na grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópolis. Dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP.1981

LIMA, Leonardo Branco. O político e o simbólico: em busca dos significados da paisagem em São Joaquim. In: Feira de São Joaquim: Territorialidade de uma reinvenção cotidiana. Monografia de graduação em Geografia, apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor.

RISÉRIO, Antonio. A economia do lazer. In: Uma História da cidade da Bahia. 2. Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004: 581
